

Credores à espera de uma definição do País para negociar

JUAN DE ONIS
Do Los Angeles Times

Com a economia brasileira florescendo e sem mais eleições municipais programadas para este ano, o presidente José Sarney parece pronto para abordar a renegociação da dívida externa do País, que é de mais de US\$ 100 bilhões.

Na sua posição de maior país devedor do mundo e de importante país comercial, a política brasileira em relação à dívida externa é muito mais importante para os bancos internacionais do que as ameaças de uma moratória por parte de devedores mais radicais mas menos substanciais, como o Peru.

"Quando o circo chega à cidade, é o elefante que lidera o desfile," disse um diplomata brasileiro, referindo-se ao papel dominante do Brasil no grupo dos devedores.

Dilson Funaro, ministro brasileiro da Fazenda, encontrou-se em Washington com o secretário norte-americano do Tesouro, James A. Baker III, para discutir a questão do refinanciamento da dívida brasileira e a proposta de Baker para uma solução geral do problema da dívida internacional.

Este plano — uma combinação de maiores empréstimos por parte dos bancos comerciais, do Banco Mundial e de outras organizações multinacionais de empréstimos, ligados a reformas orientadas para o mercado nas políticas econômicas dos países devedores — terá poucas chances de aceitação por parte de outros países devedores caso o Brasil não concorde com ele.

Por enquanto, no entanto, Sarney e os seus assessores ainda não definiram uma posição clara de negociação. Vários banqueiros internacionais passaram por Brasília na semana passada, sem no entanto conseguir mais do que garantias de que o Brasil irá alcançar um crescimento de 6% e um índice menor de inflação no próximo ano.

Sarney declarou repetidas vezes que não pretende adotar "medidas

recessivas" para combater a inflação e determinou uma meta de elevados índices contínuos de crescimento como condição para obter um refinanciamento a longo prazo da dívida externa, da qual quase metade vence até 1991.

Segundo as estimativas mais recentes do Ministério do Planejamento e dos analistas privados, a economia brasileira irá crescer entre 7 e 8% este ano.

Mas numa pesquisa nacional encenada pelo governo antes das eleições de 15 de novembro, nas quais foram escolhidos os prefeitos para todas as capitais estaduais, uma maioria dos entrevistados declarou que a inflação é a maior fonte de preocupações, não o emprego ou o crescimento econômico.

Em agosto, Sarney demitiu o seu primeiro ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, que estava tentando, sem muito sucesso, conseguir medidas de austeridade com o corte de orçamento, o que faz parte da receita ortodoxa do Fundo Monetário Internacional para a redução da inflação. Dornelles foi substituído por Funaro, um industrial de São Paulo, que está tentando combater a inflação com controles de preço.

Em agosto, antes que os esforços de Funaro pudesse ter qualquer efeito, a inflação atingiu os 14% o mais elevado índice mensal em cinco anos.

As causas da inflação estão claramente nos déficits das empresas estatais e do governo federal, que levantam consideráveis empréstimos para poderem efetuar os seus pagamentos. Funaro prometeu atacar estes déficits. Na última terça-feira, a decisão de Funaro e do Banco Central de liquidar três bancos com problemas financeiros, inclusive duas grandes instituições de São Paulo, foi considerada nos setores financeiros como sendo um sinal de que o governo começou a se movimentar em relação a decisões por muito tempo postergadas. (Juan de Onis é correspondente do Los Angeles Times no Rio de Janeiro.)